

Formação profissional e questão racial no serviço social: o caso da UFBA

Carolina Barros Santos Farias¹

Resumo

Este artigo apresenta discussões sobre formação profissional e questão racial no Serviço Social, a partir do caso da Universidade Federal da Bahia. Para isso, objetiva analisar como a questão racial é abordada no currículo e na formação do curso de Serviço Social dessa universidade. Partindo de uma perspectiva teórica interdisciplinar, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com base na análise documental do Projeto Pedagógico e dos componentes curriculares do curso mencionado. Discute as mudanças ocorridas nas concepções sobre formação profissional ao longo da história da profissão e analisa o Projeto Pedagógico e os componentes curriculares do curso, considerando a questão racial em sua investigação. Os resultados demonstraram que a questão racial foi ocultada no direcionamento político e no perfil de profissional esperado no Projeto Pedagógico. Já nos componentes curriculares, ela ainda é retratada como recorte. Há uma discreta abordagem da questão racial em algumas ementas e conteúdos programáticos, com um componente obrigatório dedicado à questão, contudo, em alguns, apesar da menção, não são disponibilizados referenciais básicos para debate em sala. Os componentes que tratavam sobre trabalho, questão social e fundamentos do Serviço Social, em sua maioria, não abordaram a questão racial.

Palavras-Chave: Currículo; Formação profissional; Questão racial; Serviço social; Universidade.

1. Introdução

Este artigo é fruto de inquietações sobre a formação em Serviço Social vivenciadas ao longo da graduação e aprofundadas durante a pós-graduação, sendo resultado parcial de uma pesquisa de mestrado². A escrita sobre formação pode se dar de diferentes ângulos, contudo, aqui, decidimos partir do currículo e da formação, entendendo que um não se limita ao outro. Pesquisar currículo e formação acadêmico-profissional pressupõe refletir brevemente sobre a estruturação do conhecimento e de sua produção na universidade e, por consequência, como eles se desdobram na construção curricular-formacional.

A questão racial³ inegavelmente se insere nesse contexto. Compreender a maneira como essa questão aparece na construção do conhecimento universitário perpassa a apreensão das múltiplas influências sobre os conhecimentos eleitos como válidos e formativos (Macedo, 2017; Silva, 2019). Estudar, portanto, a questão racial no currículo e na formação do Serviço Social implica em desvelar a própria profissão. Se temos em conta que os profissionais do Serviço Social têm como objeto de estudo a questão social, que a sua construção e seu significado sócio-histórico se dão nas relações sociais (Iamamoto; Carvalho, 2014) e,

¹ Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade; Universidade Federal da Bahia - UFBA; Salvador, Bahia e Brasil; carolinab.25@hotmail.com

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Detemo-nos a analisar a categoria raça, com foco nas relações raciais históricas entre brancos e negros, sem pretensão de analisar as relações étnicas brasileiras. Por isso, a escolha pelo termo questão racial.

também, nas relações raciais, é fundamental a apreensão dessa dimensão na formação ocorrida nas universidades.

Entendemos que analisar a dimensão curricular-formativa do Serviço Social é uma das formas de desvendar essa questão. O modo como a questão racial é abordada nos currículos dos cursos nos direciona a refletir sobre como a profissão a concebe em suas perspectivas teórico-metodológicas. Com isso, nos debruçaremos sobre um currículo específico, reconhecendo também que essa análise pode não corresponder à totalidade do Serviço Social brasileiro.

À vista disso, questionamo-nos: como o Serviço Social aborda ao longo da sua construção sócio-histórica os aspectos formativos, considerando a questão racial? De que forma o curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aborda a questão racial em seu Projeto Pedagógico (PPC) e em sua formação? Por isso, definimos como objetivo geral analisar como a questão racial é abordada no currículo e na formação em Serviço Social da UFBA. Para alcançá-lo, objetivaremos, especificamente, analisar a abordagem histórica da formação no Serviço Social brasileiro e; analisar como o Projeto Pedagógico e os componentes curriculares do curso de Serviço Social da UFBA abordam a questão racial.

Partimos, primariamente, da pesquisa bibliográfica, com caráter interdisciplinar, baseada em produções teóricas decoloniais, valendo-se também de discussões da área de Educação e da Epistemologia. Este artigo, portanto, configura-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva (Bauer; Gaskell; Allum, 2002; Bogdan; Biklen, 1999). Realizamos uma pesquisa e análise documental, tendo como fonte o Projeto Pedagógico e os componentes curriculares do curso de Serviço Social da UFBA.

Assim, diante do exposto, este artigo está estruturado em duas partes. Na primeira, apontaremos, brevemente, sobre as bases nas quais a universidade está estruturada, perpassando acerca do que entendemos como currículo e formação, e analisando as diferentes concepções sobre formação na história da profissão, sob o olhar da questão racial. Na segunda, analisaremos o Projeto Pedagógico e os componentes curriculares, em suas ementas e referenciais bibliográficos, do curso de Serviço Social da UFBA, levando em conta a abordagem da questão racial. Ao final, apresentaremos algumas reflexões e possíveis proposições para o currículo e a formação do curso da UFBA, em particular, e para o Serviço Social, de modo geral.

2. A formação profissional no Serviço Social brasileiro e a questão racial

O modelo de educação propagado no Brasil está diretamente fincado em bases branco-ocidentais e eurocêtricas, que historicamente elegeram a cosmovisão europeia como superior e universal. A universidade moderna e o conhecimento científico foram fundamentados nessas bases, que delegaram concepções não apenas sobre conhecimento, mas sobre humanidade, valores e culturas. Em seus espaços, organizou-se e se teorizou diversas ideias hierárquicas e inferiorizantes sobre povos não brancos, sobretudo no que se refere a africanos, afrodiáspóricos e povos originários. Teorias que preconizavam uma hierarquia racial foram difundidas e transformadas em verdades, com legitimação científica (Farias; Santos, 2023; Noguera, 2014).

Fruto de pensamentos positivistas que estabeleceram falsas neutralidade e impessoalidade científicas, separou-se sujeito de objeto, razão de emoção, experiência de conhecimento. A elaboração dessas visões teve como objetivo o controle e a dominação de povos que não cindiram essas diferentes e complementares dimensões (Farias; Santos, 2023). Foi no período iluminista europeu que essas concepções se estruturaram cientificamente e justificaram o colonialismo, especialmente nos continentes africano e americano, estabelecendo o que seria considerado conhecimento e quem seriam os seus produtores (Ramos, 2011).

Desse modo, eles utilizaram o seu projeto imperialista epistêmico para dominação, extermínio e invalidação histórica e cultural, universalizando e supervalidando a cosmovisão europeia. O epistemicídio mutila a capacidade de aprendizagem e é definido como:

[...] um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p. 97).

É nesse contexto que as instituições universitárias ocidentais estão situadas. O currículo reflete perspectivas teóricas e conhecimentos que são tidos como importantes, sobre os quais os estudantes e futuros profissionais precisam aprender e que merecem ser tematizados nas formações. Além disso, reúne conhecimentos e perspectivas teóricas adotados por determinada categoria profissional ou pelos autores da construção curricular. Por isso, ele diz respeito também ao tipo de ser humano e de profissional que se quer formar e que se tem como modelo, em determinada sociedade (Silva, 2019). Ele versa sobre os valores, cosmovisões e subjetividades de quem o constrói, de modo explícito ou oculto, por isso, não

pode ser considerado neutro. Ademais, como pontuam teorias críticas do currículo, é responsável por difundir e reiterar, ideologicamente, as discriminações e modos de produção para a reprodução da sociedade capitalista (Silva, 2019) e, acrescentamos, de estruturas racistas. A escolha e privilégio dado a determinadas teorias em detrimento de outras, falam sobre relações de poder, fruto das relações sociais. Nesse sentido, o currículo tem um papel ético, político e social (Macedo, 2017), configurando-se como um território contestado e em disputa.

Apreendemos que essa formação se dá entre sujeitos sociais, históricos e culturais, que se formam e se qualificam para atuar no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que se constituem enquanto seres humanos que relacionam experiências e saberes dentro e fora da universidade, construindo seus caminhos formativos (Macedo, 2017; Silva, 2019). A ideia de neutralidade costumeiramente atrelada ao currículo e ao conhecimento leva a pensar que os conhecimentos “transmitidos” e ensinados advêm de um sujeito não implicado, sem cultura, história e ética, imparcial e distante do “objeto” (Farias; Santos, 2023).

Diante disso, analisar a questão racial na formação em Serviço Social é adentrar nesse campo dos conhecimentos eleitos como formativos, buscando entender até que ponto a questão racial tem sido considerada como eixo fundamental para a formação do assistente social.

A formação em Serviço Social é concebida distintamente ao longo da sua história, a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas e ético-políticas. Em seu surgimento, na década de 1930, havia uma relação direta e intrínseca com a Igreja Católica. Com base no pensamento franco-belga, a partir da articulação com as ciências biológicas, tinha como fundamento as encíclicas papais e os dogmas católicos, atrelados ao pensamento conservador europeu. Por isso, tinha um direcionamento moralizante, de adequação populacional às crenças, práticas e valores tidos como corretos socialmente, fincado num viés paternalista (Cardoso, 2017).

O Serviço Social possuía um caráter vocacional, missionário, caritativo e assistencialista, em virtude de doutrinações morais e cristãs. As damas da caridade, mulheres brancas de classe média e alta, entendiam os problemas sociais existentes – resultantes do colonialismo, escravismo, racismo e capitalismo – como individuais, emocionais e biológicos (Cardoso, 2016, 2017). Eram, em sua maioria, mulheres constituintes da pequena burguesia sudestina. Esses pontos demarcam a contradição presente na gênese da profissão e o seu atravessamento também pela questão racial.

Na década de 1940, o Serviço Social passa a priorizar uma formação mais técnica, a partir da influência da sociologia e da metodologia estadunidenses, acolhendo os métodos do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Destaca-se a absorção das teorias positivistas e funcionalistas de ajuste e conservadorismo, de caráter manipulatório e tecnicista (Cardoso, 2016, 2017; Iamamoto; Carvalho, 2014). Nesse período, marcado por processos eugenistas e higienistas de embranquecimento e genocídio, a população destinatária da intervenção e dos ajustes sociais do Serviço Social era predominantemente negra e pobre, na informalidade ou no exército de reserva (Ferreira, 2021, 2023; Gonçalves, 2018). Nesse sentido, as assistentes sociais materializavam as coerções e controles estatais e da igreja, responsabilizando os indivíduos pelas desigualdades sociais e raciais existentes e minimizando a responsabilidade estatal de mantenedor dessas iniquidades.

Com diferentes vertentes disputando o Serviço Social, entre as décadas de 1960 e 1970 surge a vertente de intenção de ruptura, representada, especialmente, pelo Método BH (1972 - 1975) e pelo Congresso da Virada (1979), que marcam novos rumos para a profissão, nos âmbitos nacional e latino-americano, a partir do Movimento de Reconceituação. Inicialmente distanciada das proposições de Marx, é na década de 1980 que a tradição marxista amadurece na profissão, tornando-se hegemônica nos anos 1990. Desse modo, grande parte do Serviço Social rompe com o conservadorismo e se afilia às bases marxistas, vinculando diretamente a intervenção profissional à realidade sócio-histórica, num contexto de contradição e conflito (Cardoso, 2016).

Articula-se, a partir daí, a formação profissional ao trabalho. A inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho atrela-o ao seu papel e utilidade no âmbito social, levando em conta o seu valor de troca para a própria manutenção. A formação do assistente social, nesse sentido, deve responder criticamente aos desafios postos pelas transformações no Estado, no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e na cultura (Iamamoto, 2015).

Assim, a formação profissional deve possibilitar e direcionar

[...] a criação de um *perfil profissional* dotado de uma *competência teórico-crítica*, com uma aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social. [...] Perfil este que se complementa com uma *competência técnico-política*, que permita, no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de *eficácia* e capazes de *congregar forças sociais em torno de rumos ético-políticos voltados para uma defesa radical da democracia*. Portanto, de um perfil profissional comprometido com valores ético-humanistas: com os valores de *liberdade, igualdade e justiça, como pressupostos e condição para a autoconstrução de sujeitos individuais e coletivos, criadores da história* (Iamamoto, 2015, p. 185).

O Movimento de Reconceituação e a vinculação teórico-metodológica e ético-política ao materialismo histórico-dialético não impactou apenas o entendimento da formação profissional, mas também as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. As Diretrizes de 1982 constituem o primeiro marco institucional dessa transformação, ao incorporarem novos direcionamentos e o compromisso ético-político da categoria com a classe trabalhadora. Além disso, passam a reconhecer a contradição da inserção profissional nas relações sociais, evidenciando uma inflexão crítica no projeto formativo.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, estabelece parâmetros mínimos obrigatórios para os cursos de Educação Superior, incidindo diretamente sobre a organização curricular das formações profissionais no país.

No mesmo ano, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) revisa o currículo de 1982, a partir de um amplo debate com a categoria acadêmico-profissional, formulando uma nova proposta de formação alinhada às transformações críticas em curso na profissão.

As diretrizes de 1996 passam a centrar a formação na questão social e nos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão, compreendida enquanto processo de trabalho. Para tanto, definem três núcleos estruturantes: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e; fundamentos do trabalho profissional (Hoepner, 2021). Essa organização expressa uma concepção crítica de formação, orientada para a apreensão da totalidade social e para a atuação profissional qualificada.

Em 2002, o Ministério da Educação (MEC) institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, amplamente criticadas pela categoria, uma vez que a proposta elaborada pela ABEPSS em 1999 foi significativamente alterada, comprometendo seu projeto original. Diante desse percurso normativo, compreende-se que as diretrizes de 1996, formuladas pela ABEPSS, constituem o principal marco de afirmação do compromisso com o projeto ético-político da profissão.

Importa salientar que as diretrizes são responsáveis por “[...] orientar a formulação do projeto pedagógico” (Brasil, 2002) dos cursos de Serviço Social no Brasil. Entretanto, a questão racial não foi substancialmente considerada em nenhuma das diretrizes citadas. Ainda que as produções sobre questão racial e Serviço Social, à época da construção dessas diretrizes, fossem consideradas insuficientes, assistentes sociais já vinham estabelecendo articulações entre essas temáticas.

Em 1966, Sebastião Rodrigues Alves, assistente social e militante do Teatro Experimental do Negro (TEN), ainda que com uma abordagem voltada para a técnica, já tratava dessa dimensão, apontando a necessidade de incorporação da questão racial pela profissão (Ferreira, 2010). Posteriormente, em 1986, Elisabete Aparecida Pinto apresentou, em sua monografia, a relação entre Serviço Social, questão racial e usuários negros, trabalho que viria a ser publicado em livro (Pinto, 2003).

Além disso, assistentes sociais como Magali Almeida, Fátima Sant'Ana, Maria Pereira, Matilde Ribeiro e Suelma de Deus também já produziam reflexões sobre a temática (Silva, 2017).

Esse conjunto de produções evidencia que, mesmo não sendo central nas diretrizes, a questão racial já se colocava como uma dimensão presente no interior da profissão. Nesse sentido, tal ausência nos documentos normativos revela as opções teóricas, éticas, políticas e ideológicas que orientaram as discussões de reestruturação das diretrizes curriculares, dos principais documentos diretivos, bem como a delimitação do objeto profissional e o próprio significado social do Serviço Social.

Nesse contexto de disputas e debates em torno das reformulações do direcionamento ético, político, teórico e metodológico da profissão, a questão racial acabou sendo minimizada, não sendo considerada uma dimensão fundamental à formação do assistente social.

Não duvidamos que o Serviço Social reconheça a questão racial, contudo, questionamos a lacuna ou a ausência dessa materialização nos documentos curriculares. Assim, considerando a importância desse documento para a formulação curricular, assume-se que a questão racial não é vista como um conhecimento indispensável e formativo. A omissão pode se desdobrar em ausências nos projetos político-pedagógicos e, conseqüentemente, na formação acadêmico-profissional. Reflete, portanto, aspectos vistos na estrutura da própria universidade, na forma como o conhecimento foi construído e difundido (Farias; Santos, 2023; Noguera, 2014), e as omissões profissional e estatal frente à questão racial enquanto dimensão formativa necessária.

Consideramos que a realidade social brasileira, a constituição do trabalho e dos processos relativos à construção e ao significado social da profissão no país não poderão ser verdadeiramente apreendidas sem ter em conta a importância da questão racial para a formação deste país. Por isso, a perspectiva reduzida à classe, nas diretrizes curriculares, não é sustentável para a formação, posto que, como afirmado por Abdias Nascimento (2016), é a questão racial que determina a posição econômica e social no Brasil.

O tensionamento para a incorporação da questão racial na formação não é novo, surge das assistentes sociais partícipes do movimento negro, que já discutiam essa necessidade de mudança (Ferreira, 2010; Pinto, 2003; Silva, 2017). Mas ele se fortalece a partir das mudanças ocorridas no perfil estudantil das instituições universitárias públicas (Pinho, 2021; Silva, 2020), com a expansão das universidades federais, através do Decreto nº 6.096/2007, e com o aumento de estudantes negros, por meio da Lei de Cotas nº 12.711/2012. Após esta lei, o acesso à universidade e a entrada desses estudantes no curso mexem com o Serviço Social, promovendo constantes debates sobre a profissão, a formação e o fazer curricular-pedagógico, de modo a reivindicar a transformação da questão racial em fundamento teórico-metodológico e ético-político para a formação. Muitos discentes negros incorporam aos seus caminhos formativos universitários suas experiências, cosmopercepções, conhecimentos, saberes e aprendizados construídos em outros locais fora da universidade. Eles compreendem a indispensabilidade de se ter um currículo e uma formação transversalizados pela questão racial.

É com base nessas discussões que pautamos a questão racial como fundamento indispensável ao currículo e à formação (Elpidio, 2020; Gonçalves, 2018; Moraes, 2018; Oliveira, 2017; Souza; Pereira, 2020), não só por conta da história brasileira e da profissão ou do público alvo, mas também para que não se perpetue o caráter epistemicida (Carneiro, 2005) que estrutura as instituições universitárias e o conhecimento científico, continuamente reiterado nas construções e práticas curriculares e formacionais.

Para tanto, elegemos o currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, analisando como a questão racial tem se materializado no PPC, nas ementas e bibliografias dos componentes curriculares.

3. O curso de Serviço Social da UFBA: o projeto pedagógico, os componentes curriculares e a questão racial

O curso da UFBA foi criado em 2009, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e, até os dias atuais, é o segundo de uma instituição pública na Bahia⁴. Surge como forma de reivindicação por uma universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, a partir da mobilização de assistentes sociais da Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário e de outros

⁴ Na Bahia, até 2008, o curso de Serviço Social só existia numa instituição privada, a Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Nesse mesmo ano, o curso foi criado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sendo o primeiro numa universidade pública no estado.

locais, de docentes e discentes, e contou com o apoio do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – 5ª região, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), da ABEPSS e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (Santiago, 2018).

O curso funciona no *campus* de São Lázaro, em Salvador/Bahia, no Nordeste, e encontra-se em territórios marcados política, histórica e culturalmente pela população negra, sobretudo preta (Veja, 2023). O seu perfil estudantil reflete essa conformação racial, pois, de acordo com pesquisa realizada pela Prof. Dra. Adriana Ferriz, 56% dos estudantes entrevistados se autodeclararam pretos, 36% pardos e 6% brancos, além de ser um curso predominantemente feminino, com 94% de mulheres e 6% de homens (Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, 2016). Esses dados informam o perfil racial dos discentes do curso de Serviço Social da UFBA e destacam a importância da consideração desses aspectos na construção dos PPCs dos cursos universitários.

O PPC do curso de Serviço Social da UFBA foi construído de modo a alinhar as orientações e direcionamentos colocados pelas Diretrizes Curriculares – a do MEC (2002) e as criadas pela ABEPSS (1996, 1999) – e pelo Código de Ética do Assistente Social. Ele se configura, portanto, como um documento normativo-pedagógico que direcionará a organização e a estruturação do curso, bem como as práticas pedagógicas dos docentes em sala de aula. As análises serão feitas, aqui, considerando a presença e abordagem da questão racial no PPC e nas disciplinas, por meio das ementas e bibliografias, apesar de compreendermos que os referenciais podem ser alterados de acordo com as escolhas dos professores responsáveis pelos componentes e sugestões estudantis.

O PPC vigente e analisado é do ano de 2008, contudo, a matriz curricular foi atualizada em 2010, substituindo disciplinas por outras equivalentes. Por isso, focaremos nos direcionamentos relativos às informações gerais disponibilizadas no PPC (2008), porém as disciplinas analisadas serão as que constam no site institucional do curso e no Sistema Acadêmico (Siac) do aluno⁵ (2021), embora algumas ementas sejam do ano de 2015.

Com oito semestres previstos, o curso destina-se a formar bacharéis em Serviço Social com atuação em diversos espaços sócio-ocupacionais. De acordo com o PPC, a sua criação foi justificada pela necessidade de aumento na oferta de vagas em universidades públicas, principalmente no Nordeste; de formar profissionais de enfrentamento às expressões da questão social, colocando em prática a efetivação de direitos sociais previstos em legislações;

⁵ As disciplinas também podem ser acessadas em:

<https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ListaDisciplinasEmentaPublico.do?cdCurso=325140&nuPerCursoInicial=20101>.

e devido à utilidade da profissão para refletir e atuar sob as condições de vida e de trabalho da população baiana (UFBA, 2008).

Espera-se um egresso com perfil propositivo e criativo, com atuação nas expressões da questão social através da formulação e implementação de políticas públicas e privadas, junto a organizações da sociedade civil e movimentos sociais; comprometido com o Código de Ética do Assistente Social e com direitos sociais; que organize os processos de trabalho e saiba atuar em equipes multiprofissionais em diferentes áreas, como Assistência Social, Educação, Judiciário, dentre outras. Exige, por isso, a capacitação em “[...] reconhecer demandas e necessidades, em seus traços mais estruturais e conjunturais, e de construir respostas que atendam às particularidades das áreas, do público-alvo e das instituições com as quais estão relacionados.” (UFBA, 2008, p. 4).

Deve ser um profissional crítico, com alinhamento teórico-metodológico e ético-político à categoria profissional. Para isso, preconiza-se uma formação capaz de analisar social e historicamente a sociedade brasileira, com compreensão crítica das relações sociais, do significado social da profissão, capaz de formular respostas para as demandas societárias e enfrentamento da questão social. Isso deve se dar através da formulação, execução e avaliação de planos, programas, projetos e políticas sociais; auxílio na participação política dos cidadãos nos processos decisórios institucionais e orientação para a defesa dos direitos humanos e sociais. Desse modo, o PPC aponta a obrigatoriedade dos componentes curriculares, bem como das atividades complementares, extraclasse, a partir da pesquisa, extensão e eventos acadêmicos (UFBA, 2008).

No âmbito geral, há o alinhamento do PPC da UFBA às Diretrizes Curriculares de 1996, 1999 e 2002, assim como ao Código de Ética. O documento reconhece a necessidade de uma formação que não se resuma à sala de aula, visando o acolhimento e aproximação de saberes e conhecimentos outros, que não estejam na universidade, aspecto que julgamos importante para uma formação próxima à realidade social do país. Embora não explicita a questão racial no projeto, compreendemos e subentendemos a sua fundamentabilidade, nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, no intuito de desenvolver as capacidades e habilidades técnico-operativas necessárias para o exercício profissional.

Consideramos também que a questão racial é imprescindível para formulação, aplicação e avaliação de políticas sociais, para compreensão das relações sociais, da realidade sócio-histórica brasileira e para a apreensão do significado social da profissão. Nesse contexto, ela aparece no PPC de forma oculta, não como uma dimensão dos direcionamentos formativos e dos conteúdos que deveria ser evidentemente marcada.

Os componentes curriculares, por sua vez, foram analisados a partir do aparecimento, nas ementas ou referenciais bibliográficos, de termos como: questão racial, questão étnico-racial, relações raciais, relações étnico-raciais, raça, racismo, etnia, etnicidade e cor. Os termos etnia e etnicidade foram utilizados na pesquisa tendo em vista que no Serviço Social é comum a utilização desses termos como sinônimos de raça e suas variações. Vejamos a matriz curricular do curso de Serviço Social da UFBA:

Quadro 1 - Matriz curricular do curso de Serviço Social da UFBA (2010-2024)

Período	Disciplina	Carga horária
1º semestre	Sociologia da Desigualdade Social	68h
	Política, Estado e Sociedade	68h
	Oficina de Leitura e Produção de Textos	68h
	O Serviço Social e a Questão Social	68h
	Introdução ao Serviço Social	68h
	Epistemologia e Metodologia (substituído por Introdução à Filosofia)	68h
2º semestre	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos I	68h
	Diversidade de gênero, raça, etnia no contexto dos Direitos Humanos	68h
	Psicologia Social	68h
	Trabalho e Sociabilidade	68h
3º semestre	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos II	68h
	Serviço Social e Processos de Trabalho I	68h
	Formações econômicas e sociais do Brasil (substituído por Formação da Sociedade Brasileira)	68h
	Ética Profissional	68h
	Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor	68h
	Política Social	68h
4º semestre	Oficina de Análise do Trabalho Profissional	68h
	Serviço Social e Processos de Trabalho II	68h
	Política Social e Questão Social no Brasil	68h
	Estatística I B	68h
	Pesquisa e Serviço Social I	68h
5º semestre	Oficina de Planejamento do Trabalho Profissional	68h
	Saúde e Trabalho	68h
	Pesquisa e Serviço Social II	68h
	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	164h
	Conhecimento científico e Vida Social (substituído por Sociologia II)	68h
	Direito e Legislação Social (substituído por Legislação Social e Direito do Trabalho)	68h
6º semestre	Oficina de Abordagens e Técnicas do Trabalho Profissional	102h
	Trabalho Profissional Política de Saúde	68h
	Gestão e Serviço Social	68h
	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	164h
	Trabalho Profissional e Política de Assistência Social e Previdência	68h
7º semestre	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos III	68h
	Orientação de Monografia I	34h
	Políticas Públicas e Direitos Sociais no Brasil (substituído por Curso Monográfico em Ciência Política)	68h
	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	164h

8º semestre	Psicologia e Saúde	68h
	Orientação de Monografia II	34h

Fonte: Adaptado do Site do Instituto de Psicologia (IPS) – UFBA (<https://ips.ufba.br/servico-social/ementas-programas>) (2024).

A análise dos componentes aponta alguns aspectos. No primeiro, há disciplinas que abordam a questão racial em suas ementas, entretanto, não disponibilizam referenciais básicos ou complementares sobre a questão.

Esse é o caso do componente *Serviço Social e Questão Social* (1º semestre), que prevê a discussão sobre “Condições de vida: pobreza e escravidão no Brasil” (UFBA, 2015d, p. 2). Apesar de apresentar bibliografia sobre as “particularidades da questão social no Brasil” (UFBA, 2015d, p. 2), a questão racial não aparece nesse cruzamento.

Situação semelhante ocorre em *Processos de Trabalho II* (4º semestre), cujo conteúdo contempla “As condições de trabalho profissional a partir da questão étnico-racial e de gênero” (UFBA, 2015g, p. 2), mas sem a indicação de referenciais bibliográficos que sustentem essa discussão.

Parte desse mesmo ponto o componente *Oficina de Planejamento do Trabalho Profissional* (5º semestre), que apresenta o seguinte tópico: “Gestão e planejamento de programas e projetos na luta pela ampliação dos direitos de cidadania (com atenção aos projetos e programas voltados para transversalidade de gênero, raça e etnia)” (UFBA, 2015c, p. 2).

O mesmo ocorre em *Gestão e Serviço Social* (6º semestre), cuja descrição relaciona “Políticas Sociais e Gestão Pública (particularmente as políticas voltadas para questões de raça, gênero e etnia)” (UFBA, 2015b, p. 2).

Por fim, o componente *Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos III* (7º semestre) tem como objetivo “Identificar e sistematizar questões de gênero e raça/etnia presentes ou relacionadas ao debate teórico/metodológico e ao exercício profissional no Serviço Social no período contemplado” (UFBA, 2015a, p. 1), além de ressaltar que “As questões de gênero, raça/etnia e direitos humanos, presentes no debate contemporâneo do Serviço Social, serão destacadas durante todo o processo de apresentação e discussão do conteúdo” (UFBA, 2015a, p. 3).

Em todos esses casos, embora a questão racial esteja presente nas ementas e conteúdos programáticos, não há referenciais bibliográficos básicos ou complementares que sustentem essa abordagem.

No segundo aspecto, temos a tentativa de relacionar a questão racial a temáticas importantes para a profissão. No componente *Trabalho e Sociabilidade* (2º semestre) há o

tópico “Heterogeneidade e Complexidade da Classe Trabalhadora” (UFBA, 2015h, p. 2); supomos que esse exista como forma de reconhecimento e tentativa de rompimento com a invisibilidade dada, historicamente, aos marcadores de gênero e raça/cor presentes na classe trabalhadora. O referencial bibliográfico indicado possui um texto acerca do trabalho doméstico remunerado e desigualdades de gênero e raça na Bahia, acreditamos que sua escolha seja um intento de suprir essa discussão.

No último aspecto, temos componentes que tratam a questão racial nas ementas e conteúdos e que apresentam textos referenciais que subsidiam a discussão, ainda que, em alguns casos, como bibliografia complementar.

No componente *Psicologia Social* (2º semestre), a questão racial atravessa todos os tópicos presentes na ementa, incluindo, em seu conteúdo programático, o tema “Racismo”. Como bibliografia básica, destaca-se a obra “Psicologia social do racismo” (UFBA, 2015f), organizada por Maria Aparecida Silva Bento e Iray Carone, referência fundamental para a discussão de temas como branqueamento, branquitude e racismo. Essa disciplina demarca o reconhecimento da questão racial como elemento central para a compreensão da psicologia e da sociedade.

No componente *Diversidade de gênero, raça, etnia no contexto dos Direitos Humanos* (2º semestre), a terceira unidade concentra o debate racial, abordando temas como raça no pensamento social brasileiro, embranquecimento, mestiçagem, democracia racial, movimento negro, povos indígenas e genocídio no Brasil, além da relação entre Serviço Social e questão racial.

Em *Estado, Mercado e Terceiro Setor* (3º semestre), o conteúdo programático inclui “Novos prismas na gestão participativa: território/territorialidade; transversalidade de gênero e étnico-racial; conselhos de direito e controle social” (UFBA, 2015i, p. 2). Nesse componente, há também referências complementares que abordam as desigualdades de gênero e raça no Brasil.

Já em *Política Social e Questão Social no Brasil* (4º semestre), o tópico “As transversalidades de gênero, étnico-raciais e de geração” (UFBA, 2015e, p. 2) aparece como conteúdo articulado às políticas sociais e à questão social. Entretanto, o texto indicado para subsidiar esse debate figura como bibliografia complementar, e não obrigatória, abordando políticas públicas e desigualdade racial após os 120 anos de abolição no Brasil.

Em suma, a análise do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFBA nos revela o apagamento da questão racial nos direcionamentos políticos do curso, no perfil de profissional que se deseja formar e na previsão das práticas pedagógicas realizadas pelos

docentes. Se um PPC versa sobre um tipo de perfil formativo, levando em conta os aspectos éticos e políticos definidos como prioritários para cada profissão, sendo marcadamente voltado para o que se acredita sobre formação de ser humano, educação e sociedade (Veiga, 2004), quais profissionais desejamos formar quando não consideramos a questão racial como fundamental?

A investigação dos componentes curriculares evidencia uma discreta e insuficiente inserção da questão racial como conteúdo formativo. Dos 38 componentes, apenas 9 abordam direta ou indiretamente a questão racial, considerando que a efetivação dessas abordagens dependerá das múltiplas leituras que se faz do currículo e do componente, estando condicionadas à percepção e direcionamento do docente responsável. Ademais, em algumas consta apenas uma bibliografia sobre a temática, que não dará conta de um debate tão denso e importante; já em outras, a aparição nas ementas e nos conteúdos não é acompanhada pela inclusão de referências acerca do tema. Essa presença reforça um aparente reconhecimento da questão racial, mas evidencia também a negligência com a qual é retratada. Isso indica os apontamentos feitos por Noguera (2014), Macedo (2017), Silva (2019), Farias e Santos (2023) sobre a elegibilidade e priorização de conteúdos branco-ocidentais ou desarticulados da realidade sociorracial e contextual da sociedade onde o curso está inserido, em detrimento do apagamento e invisibilização de outras perspectivas de conhecimentos fundamentais para compreensão da formação sócio-histórica brasileira e de seus desdobramentos, bem como da profissão (Gonçalves, 2018; Oliveira, 2017).

Ainda que os planos de alguns componentes, com ementas e referências, não tenham sido disponibilizados por completo, podemos fazer alguns apontamentos. Considerando que a discussão sobre filosofia e epistemologia perpassa noções de natureza, humanidade, valores, conhecimento e razão, e que o epistemicídio (Carneiro, 2005) se desenvolveu a partir desse debate, é crucial o tratamento acerca da questão racial. Sobretudo porque foram teorias produzidas por intelectuais brancos que determinaram qual conhecimento é ou não válido, quem seriam os seres produtores de conhecimento, racionais, e quem eram classificados como subumanos e irracionais (Farias; Santos, 2023; Noguera, 2014).

O debate sobre questão social desvinculado da questão racial se mostra contraproducente, tendo em vista que a segunda antecede, funda e sustenta “[...] o antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi *alicerce* da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). É a dinâmica racial que funda o Brasil, o seu apagamento é uma forma de silenciar o colonialismo, a escravização de indígenas e africanos que marcam a formação histórica, política e econômica do país. Posto

isso, não há compreensão da sociedade brasileira sem considerar a questão racial. Além disso, discutir política social sem o reconhecimento dos desdobramentos raciais é ignorar a contradição presente no próprio sistema capitalista e na luta de classes.

Os componentes curriculares que dizem respeito diretamente à história, significado social e fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, majoritariamente, não discutem questão racial. Isso demarca a invisibilidade dada pelo Serviço Social ao reconhecimento da questão como imprescindível para o significado social e a inserção da profissão na dinâmica racial brasileira.

Outro ponto importante se refere aos componentes práticos, como os *Estágios Supervisionados*. Neles, a análise da questão racial no exercício profissional dependerá dos supervisores de campo ou acadêmico e do olhar sensível do discente. Caso esses sujeitos não considerem a questão racial como parte importante do trabalho e da sua experiência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como se dará esse exercício profissional? Esses futuros profissionais continuarão como evidência de uma formação profissional “sem raça”?

Diante disso, o componente *Diversidade de Gênero e Raça* se mostra crucial para esse PPC, especialmente porque é obrigatório e é o único verdadeiramente direcionado para a discussão racial no currículo. A presença desse componente, único que contempla em seu título a questão racial, no início do curso aproxima as discentes da questão logo depois de adentrarem à universidade. Essa unicidade, entretanto, é insuficiente, pois não dá conta de tratar sobre todas as dimensões presentes na questão racial necessárias à formação.

4. Conclusão

Neste artigo, partimos do pressuposto de que, na formação em Serviço Social, quando se parte de uma transversalização que abrange apenas questões como trabalho e classe social, limita-se não apenas os conhecimentos apreendidos pelos estudantes e futuros profissionais, mas também a própria experiência e realidade. Ocorre, de certo modo, um epistemicídio (Carneiro, 2005), tendo em vista que a realidade sócio-histórica e racial vivida por todos é negligenciada. É uma maneira de minimizar a questão racial, colocando-a como uma discussão militante, experiencial ou que deve ser pautada exclusivamente por professores negros ou no campo do complementar.

Devemos ter em conta que debater questão racial não deve se restringir à mera inserção nos componentes curriculares ou apontamentos no PPC, trata-se de repensar todo o Serviço Social e, conseqüentemente, a formação profissional, pois a racialidade está na

formação sócio-histórica, cultural e econômica brasileira, na gênese e continuidade da profissão. Por isso, deve ser pensada enquanto base teórico-metodológica e ético-política da formação do assistente social. Para isso, há de se pensar na reestruturação dos núcleos formativos presentes nas Diretrizes Curriculares de 1996, oficializadas nacionalmente pelo Ministério da Educação em 2002, o que pode influenciar diretamente a construção e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social de diferentes instituições do país.

Ademais, é necessário ressaltar que a elaboração de diretrizes curriculares, bem como os seus conteúdos político, teórico e metodológico é permeada por disputas entre atores distintos a partir de diferentes perspectivas. Em virtude disso, é um processo contínuo de construção e movimento, tensionado por estudantes, docentes, profissionais e entidades representativas.

Entendemos que os avanços relativos à apreensão da questão racial no currículo e na formação do curso de Serviço Social da UFBA se deram em virtude dos tensionamentos e reivindicações de docentes e discentes, especialmente negros.

Muitas dessas reivindicações se fundamentam nos documentos produzidos pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS-CRESS sobre o enfrentamento ao racismo no Serviço Social, tais como: *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social* (ABEPSS, 2018), a *Plataforma Antirracista* (2022), o *Grupo de Trabalho Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*, bem como a campanha *Assistentes Sociais no combate ao racismo* (2017-2020).

Essas formulações partem da compreensão de que há uma incompletude formativa histórica na profissão, diretamente relacionada à insuficiente incorporação da questão racial. Nesse sentido, sua inserção não pode permanecer restrita à atuação de docentes e discentes negros, devendo ser assumida como responsabilidade coletiva por todos os sujeitos envolvidos na formação, assim como pelas assistentes sociais no exercício profissional. Esperar que essa discussão parta prioritariamente dos estudantes negros implica sobrecarregá-los e, ao mesmo tempo, revela uma negligência no processo formativo.

Reconhecemos os limites das análises aqui realizadas, sobretudo pelo espaço limitado de síntese das discussões. Contudo, a ausência de demarcação da questão racial como obrigatória nas disciplinas, ementas e referenciais bibliográficos foi perceptível e, de certo modo, preocupante. Ainda que saibamos que o texto curricular pode ser experienciado de diferentes formas, em virtude dos responsáveis por concretizá-los, ter em conta, de modo

explícito, a questão racial nos documentos curriculares e ementários nos parece primordial na formação das assistentes sociais. Sabemos que o currículo é um dispositivo político, disputado e atravessado pelas relações de poder (Silva, 2019), por isso, é com base nele que as instituições e os docentes vão definir quais conhecimentos são vistos como válidos e eleitos como formativos.

Se falar sobre currículo, formação e Projeto Pedagógico é pensar sobre o tipo de ser humano e profissional que queremos formar, para o tipo de sociedade que desejamos, é preciso pensar num projeto ético-político profissional que tenha a questão racial como fundamento.

Desse modo, devemos refletir sobre a questão racial no que tange ao entendimento do Serviço Social sobre trabalho, classe social, ética, formação, exercício profissional, formação sócio-histórica brasileira; em suma, reconhecer a inseparabilidade da questão racial da profissão, em todos os âmbitos. É preciso repensar as convicções ideológicas, políticas e pessoais que interferem na construção formacional. Para isso, há de se partir do reconhecimento do epistemicídio promovido pela profissão em sua história, para se pensar novas ações, teorizações e formações, no presente, à vista de um direcionamento ético-político e de uma formação crítica, antiopressiva e emancipatória.

Referências

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. Vitória: ABEPSS, 2018.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 17-36.

BOGDAN, R. C. BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social*. Brasília, 2002.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARDOSO, P. F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JNKRX7Qb55zfDPcB7CJv4bm/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 339 f. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. *Relatório de pesquisa: Perfil do/a estudante e do/a egresso/a do curso de Serviço Social da UFBA*. Salvador, 2016.

ELPIDIO, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020.

FARIAS, C. B. S.; SANTOS, G. G. dos; Reflexões sobre conhecimentos, humanidades imperantes e humanidades possíveis. In: SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. dos; BORJA, M. E. L. (Org.). *Observatório da vida estudantil: compreensões e trilhas teórico-metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 327-347. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37209>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERREIRA, C. M. *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)*. 203 f. Orientador: José Paulo Netto. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, G. C. Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI. In: EURICO, M. *et al.* (Org.). *Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Papel Social: São Paulo, 2021.

FERREIRA, G. C. Uma nação para o Brasil: a eugenia na origem da política social. In: DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. L. C. (Org.). *Raça, gênero & sexualidade: perspectivas contemporâneas no serviço social*. Curitiba: CRV, 2023. p. 37-52.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 25 fev. 2024.

HOEPNER, C. M. Os determinantes e a construção das diretrizes curriculares da ABEPSS como proposta hegemônica da categoria profissional para a formação em Serviço Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 5., 2021, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2021. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/38.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MACEDO, R. S. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 7. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MORAES, G. A formação em Serviço Social e a questão étnico-racial: primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., Uberlândia, 2018. *Anais [...]*. Uberlândia: ABPN; UFU, 2018.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUERA, R. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2014.

OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. *SER Social*, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul./dez. 2017.

PINHO, A. Mulheres negras são hoje maior grupo nas universidades públicas do país. *Yahoo! Notícias*. São Paulo, 06 ago. 2021. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/mulheres-negras-s%C3%A3o-hoje-maior-003200378.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LmNvbS8&g_uce_referrer_sig=AQAAABr0un7ZCtBpKudx_RGh4iOjNA_uvNi9XdwZV3ITN3D3vyz4RBm3I8qYjNZAv5Um_wyF9lhyWkrLi0VwJCE4aH3CiViP6OSIBwDWVp7bw8q1fDDK_C-bjJVfMUTGXRIpueZZMo_xk9PDDkL1-DXecWteq1F5oqw3e7jKpmb3-WOp. Acesso em: 25 fev. 2024.

PINTO, E. A. *O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

RAMOSE, M. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. *Ensaio Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 6-23, out. 2011.

SANTIAGO, E. M. *Questão racial e de gênero: abordagens transversais no bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia*. 2018. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, A. P. P. da. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura*. 2017. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, T. D. *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente*. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Série Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. 12. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOUZA, D. H. de; PEREIRA, L. L. Formação profissional e debate sobre a questão racial no curso de Serviço Social da UnB: percepção das/os formandas/os e egressas/os do curso. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 224-238, 2020.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH). Departamento de Psicologia. *Bacharelado em Serviço Social*. Salvador, 2008. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ppc_vigente_23066.01714708-09.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III*. Salvador, 2015a. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsc_04.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Gestão e Serviço Social*. Salvador, 2015b. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsc_01.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Oficina de Planejamento do Trabalho Profissional*. Salvador, 2015c. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_93.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *O Serviço Social e a Questão Social*. Salvador, 2015d. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_82.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Política Social e Questão Social no Brasil*. Salvador, 2015e. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_91.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Psicologia Social*. Salvador, 2015f. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_80.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Serviço Social e Processos de Trabalho II*. Salvador, 2015g. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_84_4_5.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Trabalho e Sociabilidade*. Salvador, 2015h. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_81.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Superintendência Acadêmica. Secretaria Geral dos Cursos. Disciplinas. *Trabalho Profissional, Estado, Mercado e Terceiro Setor*. Salvador, 2015i. Disponível em: https://ips.ufba.br/sites/ips.ufba.br/files/ipsb_90.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

VEIGA, I. P. A. *Educação básica: Projeto político-pedagógico; Educação superior: Projeto Político-pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEJA os estados e cidades que mais concentram população preta, parda, branca e indígena no Brasil. *Carta Capital*. São Paulo, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/veja-os-estados-e-cidades-que-mais-concentram-populacao-preta-parda-branca-e-indigena-no-brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Formación profesional y cuestiones raciales en el trabajo social: el caso de la UFBA

Resumen

Este artículo presenta discusiones sobre formación profesional y cuestiones raciales en Trabajo Social, a partir del caso de la Universidad Federal de Bahía. Para ello, se pretende analizar cómo se aborda la cuestión racial en el currículo y formación de la carrera de Trabajo Social de esta universidad. Partiendo de una perspectiva teórica interdisciplinaria, se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, basada en el análisis documental del Proyecto Pedagógico y de los componentes curriculares del mencionado curso. Se discuten los cambios ocurridos en las concepciones sobre la formación profesional a lo largo de la historia de la profesión y se analiza el Proyecto Pedagógico y los componentes curriculares del curso, considerando la cuestión racial en su investigación. Los resultados demostraron que la cuestión racial quedó oculta en la orientación política y en el perfil profesional esperado en el Proyecto Pedagógico. En los componentes curriculares todavía se presenta como un recorte. Hay un discreto abordaje de la cuestión racial en algunos menús y contenidos programáticos, con un componente obligatorio dedicado al tema, sin embargo, en algunos, a pesar de la mención, no se dispone de referentes básicos para el debate en el aula. Los componentes que trataban sobre el trabajo, las cuestiones sociales y los fundamentos del Trabajo Social, en su mayoría, no abordaron la cuestión racial.

Palabras claves: Cuestión racial; Formación profesional; Plan de estudios; Trabajo social; Universidad.

Formation professionnelle et questions raciales dans le travail social: le cas de l'UFBA

Résumé

Cet article présente des discussions sur la formation professionnelle et les questions raciales dans le travail social, à partir du cas de l'Université fédérale de Bahia. Pour ce faire, il vise à analyser comment la question raciale est abordée dans le programme et la formation du cours de Travail Social de cette université. Partant d'une perspective théorique interdisciplinaire, il s'agit d'une recherche qualitative, exploratoire et descriptive, basée sur l'analyse documentaire du projet pédagogique et des composantes curriculaires du cours mentionné. Il discute des changements survenus dans les conceptions de la formation professionnelle tout au long de l'histoire de la profession et analyse le projet pédagogique et les composantes curriculaires du cours, en considérant la question raciale dans son enquête. Les résultats ont démontré que la question raciale était cachée dans

l'orientation politique et dans le profil professionnel attendu dans le projet pédagogique. Dans les éléments pédagogiques, il est encore présenté comme un élément découpé. Il existe une approche discrète de la question raciale dans certains menus et contenus programmatiques, avec une composante obligatoire dédiée à la question, cependant, dans certains, malgré l'évocation, les références de base ne sont pas disponibles pour le débat en classe. Les composantes qui traitaient du travail, des questions sociales et des fondements du travail social n'abordaient pas, pour la plupart, la question raciale.

Mots-clés: Formation professionnelle; Programme d'études; Question raciale; Université; Travail social.

Professional training and the racial issue in social work: the case of UFBA

Abstract

This article discusses professional training and the racial issue in Social Work, based on the case of the Federal University of Bahia. To this end, it aims to analyze how the racial issue is addressed in the curriculum and training of the Social Work course at this university. Based on an interdisciplinary theoretical perspective, this is a qualitative, exploratory and descriptive study, based on documentary analysis of the Pedagogical Project and the curricular components of the course mentioned. It discusses the changes that have occurred in the conceptions of professional training throughout the history of the profession and analyzes the Pedagogical Project and the curricular components of the course, considering the issue of race in its investigation. The results showed that the issue of race was hidden in the political direction and in the professional profile expected in the Pedagogical Project. In the curricular components, it is still portrayed as a cut-out. There is a discreet approach to the racial issue in some syllabuses and program contents, with a compulsory component dedicated to the issue, but in some, despite the mention, no basic references are made available for debate in the classroom. Most of the components dealing with work, the social question and the foundations of Social Work did not address the issue of race.

Keywords: Curriculum; Professional training; Racial issue; Social work; University.